



Ministério da Educação – Brasil

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Minas Gerais – Brasil

Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas

ISSN: 2238-6424

QUALIS/CAPES B1 – LATINDEX

Nº. 25 – Ano XIII – 05/2024

<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Um recorte da produção acadêmica a respeito da educação de crianças pobres no Brasil entre os anos de 2000 e 2022

Douglas Barbosa Werneck

Doutorando em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Mestre em Ciências Humanas (UFVJM)

<http://lattes.cnpq.br/7439474019301545>

E-mail: dbw146@yahoo.com.br

Prof. Dr. Ademilson de Sousa Soares

Pós-Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG - Brasil

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

<http://lattes.cnpq.br/8034666439537758>

E-mail: pacosoares65@gmail.com

Resumo: O trabalho realizado insere-se no campo dos estudos da infância, no âmbito da pesquisa sobre pesquisas, trazendo uma perspectiva qualiquantitativa. Nesse sentido, buscamos quantificar e analisar parte das pesquisas realizadas

sobre a Educação das crianças pobres no Brasil entre os anos de 2000 e 2022. Para promover essa pesquisa, utilizamos a *Base de dados dos estudos da infância no campo das pesquisas educacionais entre 2000 e 2022* (Soares, 2023), bem como os trabalhos de Ferreira (2002), Abramowicz (2016, 2017), Campos e Campos (2008), entre outros. Partindo dos descritores pobre e pobreza, catalogamos e analisamos as pesquisas realizadas no campo dos estudos da infância sobre a Educação das crianças pobres no Brasil presentes na *Base de Dados* de Soares (2023). Identificamos que o número de trabalhos científicos que tematizam a educação de crianças pobres no Brasil é ainda muito diminuto e é essa escassez que mais temos preocupado e chamado à atenção enquanto pesquisadores.

Palavras-chave: Infância. Educação Infantil. Pobreza. Base de dados.

Introdução

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)¹, tem divulgado relatórios periodicamente sobre a situação da infância mundial que nos trazem dados, informações e afirmações extremamente preocupantes, o que nos instiga, cada vez mais, a pesquisar e a compreender a temática da Educação das crianças pobres no Brasil. A pobreza infantil “é um fator de extremo de risco, não só para cada criança em particular, sobretudo, nas regiões mais pobres, mas afetando também a sociedade como um todo, nos diversos países” (Eyng; Cardoso, 2020, p. 12).

Segundo relatório do UNICEF, “as crianças representam 34% do total da população dos países de baixa e média renda, mas são 46% da população que vivem com menos de US\$1,90 por dia” (UNICEF, 2016, p. 6). “A desigualdade, a exclusão e a pobreza andam de mãos dadas, e na conjuntura da produção da pobreza, esta é ainda mais preocupante quando afeta as crianças” (Eyng; Cardoso, 2020, p. 10), por constituírem elas a faixa mais indefesa à exclusão social e a pobreza. “Antes mesmo de respirarem pela primeira vez, as oportunidades de vida

¹ O UNICEF, possui de forma sistematizada, dados sobre a infância local e mundial. Entretanto, a utilização desses dados não significa uma adesão e/ou concordância com seus princípios e ações.
Revista Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil – Nº 25 – Ano XIII – 05/2024 – UFVJM – QUALIS/CAPES B1 – LATINDEX · ISSN: 2238-6424 · <https://revistas.ufvm.edu.br/vozes/> - DOI: <https://doi.org/10.70597/vozes.v12i25.1206>

de crianças pobres e excluídas são frequentemente moldadas por iniquidades” (UNICEF, 2016, p. 1).

Apesar dos avanços no campo da Infância, Criança e Educação Infantil em termos de legislação, sabemos que “de fato, na prática, temos um ‘quase direito’, posto ser muito desigual o acesso das crianças a este nível educacional (...) observamos uma larga distância entre o direito proclamado e o efetivado” (Campos; Campos, 2008, p. 245). “Sabemos que esse direito ainda não se concretizou, e que há um contingente enorme de crianças pequenas sem acesso à escola” (Abramowicz, 2016, p. 14). Podemos ver na universalização do ensino infantil uma amplificação de direitos e isso, de algum modo, representa uma forma de combate à pobreza em nosso país, por inserir mais crianças pobres no processo de escolarização (Abramowicz, 2017).

Instigados por essas e outras informações e dados que sempre nos “saltam aos olhos”, como o *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*, publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (REDE PENSSAN) no ano de 2002, é que buscamos através da pesquisa sobre pesquisas inventariar a produção científica nacional dos primeiros vinte e dois anos do século XXI, a respeito da educação de crianças pobres no Brasil. Certos de que conhecer o já construído e produzido é de suma importância para uma revisão, análise e estudo, de forma que tenhamos uma visão panorâmica em nosso país dentro da temática escolhida, permitindo o rastreamento do já pesquisado e conhecido, para depois buscar o que ainda não foi realizado, assim estaremos constantemente contribuindo com os nossos campos de pesquisas (Ferreira, 2002).

O presente trabalho insere-se no campo dos estudos da infância, no âmbito da pesquisa sobre pesquisas, participando da Linha de Pesquisa Infância e Educação Infantil do Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG (PPGE/FaE/UFMG), abrangendo artigos presentes em revistas da área da educação (*Qualis A1 e A2*), disponíveis *online* e publicados entre os anos 2000 e 2022, que fazem conexões entre criança, infância e educação infantil, e as questões de pobreza, vulnerabilidade, cidadania, periferia, entre outras. A partir de uma perspectiva quali quantitativa, levantamos reflexões que aproximam memória bibliográfica e base

de dados, procurando quantificar, compreender e analisar as pesquisas realizadas no campo dos estudos da infância, entre os anos de 2000 a 2022, sobre a Educação das crianças pobres no Brasil.

Além do resumo e introdução, trouxemos para esse artigo um recorte da produção acadêmica nacional através da *Base de dados dos estudos da infância no campo das pesquisas educacionais entre 2000 e 2022* (Soares, 2023), fizemos a categorização temática dos trabalhos apresentando os seus objetivos e/ou questões de estudo, posteriormente, realizamos a seleção das principais contribuições e/ou conclusões dessas produções e por fim, apresentamos as nossas considerações finais.

Um pequeno recorte da produção acadêmica dentro da *Base de dados dos estudos da infância no campo das pesquisas educacionais entre 2000 e 2022*

Para promover o corpus desta pesquisa, utilizamos a *Base de dados dos estudos da infância no campo das pesquisas educacionais entre 2000 e 2022* (Soares, 2023), que conta com trabalhos catalogados dentro da área da infância, criança e educação infantil.

A *Base de Dados* (Soares, 2023) é constituída de teses e dissertações, disponíveis no catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); de artigos publicados em periódicos do campo da educação, classificados como *qualis* A1 e *qualis* A2² e de trabalhos completos apresentados nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), publicados entre os anos 2000 e 2022. Para busca dos trabalhos científicos, o autor utilizou dos termos “bebê”, “criança”, “infância”, “creche”, “pré-escola” e “educação infantil”, totalizando 4.380 (quatro mil, trezentos e oitenta) pesquisas catalogadas. Desse total, 551 representam teses, 1785 são dissertações,

2 As revistas *qualis* A1 utilizadas foram: Cadernos de Pesquisa, Educação em Revista, Educação e Pesquisa, Educação e Realidade, Educação & Sociedade, Educar em Revista, Revista Ensaio, Paideia, Proposições, Psicologia: Reflexão e Crítica, Revista Brasileira de Educação e Revista Lusófona de Educação. As revistas *qualis* A2 utilizadas foram: Interfaces da educação, Revista Brasileira de Educação em Geografia, Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciência, Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Revista Ciência e Educação, Revista Comunicação e Educação, Revista Educação Pública, Revista Educação em Ciência e Matemática, Revista Educação em Debate, Revista Educação em Questão, Revista de Educação Especial, Revista Eletrônica de Educação, Revista Educação em Pauta, Revista Ensaio, Revista Estudos em Avaliação Educacional, Revista História da Educação e Revista Ibero-americana de Educação.

1461 são artigos e 583 são trabalhos completos da ANPEd (Soares, 2023), como apresentado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Total de trabalhos da *Base de dados dos estudos da infância no campo das pesquisas educacionais entre 2000 e 2022*

TIPO DE PRODUÇÃO	QUANTIDADE
Tese	551
Dissertação	1785
Artigos em Periódicos	1461
Trabalhos Completos da Anped	583
Total	4.380

Fonte: *Base de dados dos estudos da infância no campo das pesquisas educacionais entre 2000 e 2022* (Soares, 2023)

Em nossa pesquisa, inicialmente empregamos os termos pobre e pobreza selecionando, através dos títulos, os trabalhos realizados nos estudos da infância no campo da Educação sobre as crianças pobres no Brasil, que estão presentes na *Base de dados dos estudos da infância no campo das pesquisas educacionais entre 2000 e 2022* (Soares, 2023). Buscando pelos descritores propostos (pobre e pobreza), quantificou-se somente 28 pesquisas dentro dos 22 anos contemplados, o que corresponde a apenas 0,64% do total dos trabalhos da *Base de dados dos estudos da infância no campo das pesquisas educacionais entre 2000 e 2022* (Soares, 2023). Sendo 08 dissertações, 05 teses, 03 trabalhos completos das Reuniões Nacionais ANPEd e 12 artigos em periódicos científicos.

Levando em consideração o espaço e número de laudas que aqui dispomos, optamos por selecionar, a princípio, os 12 artigos de periódicos científicos encontrados na *Base de dados* (Soares, 2023), que trazem os descritores “pobre e pobreza” em seus títulos, para análise.

Após a sua leitura completa dos trabalhos, decidimos pela exclusão do artigo, *Escolher é ser escolhida: meninice, pobreza e casamento infantil no Brasil*, publicado pela pesquisadora Marília Vilela Alencastro Veiga no ano de 2020, pois, apesar do tema abordado ser extremamente instigante e relevante, ele não contempla diretamente a nossa pesquisa, permanecendo assim 11 artigos selecionados e relacionados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Relação dos Artigos em Periódicos selecionados para análise na *Base de dados dos estudos da infância no campo das pesquisas educacionais entre 2000 e 2022*, por ano de publicação

Ano de Publicação	Título	Autor/es/as	Revista de Publicação	Universidade/ Instituição	Tipo de Produção
2000	A normatização da pobreza; crianças abandonadas e crianças infratoras	Carmen Sylvia Vidigal Moraes	Revista Brasileira de Pesquisa	Universidade de São Paulo	Artigos
2005	Recursos e adversidades no ambiente familiar de crianças com desempenho escolar pobre	Keiko Maly Garcia D'Avila-Bacarji	Revista Paidéia	Centro Universitário Barão de Mauá	Artigos
2006	Escolarizar para moralizar; discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850)	Maria Cristina Soares de Gouvêa e Mônica Yumi Jinzenji	Revista Brasileira de Educação	Universidade Federal de Minas Gerais	Artigos
2009	A educação das famílias pobres como estratégia política para o atendimento das crianças de 0 a 3 anos: uma análise do programa família brasileira fortalecida	Rosânia Campos e Roselane Fátima Campos	Revista Pró-Posições	UNISUL e UFSC	Artigos
2009	A educação das crianças pequenas como estratégia para a contenção da pobreza: análise de iniciativas dos organismos internacionais em curso na América	Rosânia Campos	Revista Práxis Educativa	Universidade do Sul de Santa Catarina	Artigos

	Latina				
2013	Pobreza, trabalho e educação na infância do Brasil	Joyce de Oliveira Ribeiro	Revista História da Educação	Universidade Federal de São João del-Rei	Artigos
2013	“Tudo presta a quem tudo precisa”; os discursos sobre a escolarização da infância pobre, presentes na Revista do Ensino, de Minas Gerais (1925-1930)	Paula Cristina David Guimarães	Revista Brasileira de História da Educação	Universidade Federal de Minas Gerais	Artigos
2015	Pobreza, raça e cor da pele: percepções e relações entre crianças nos espaços escolares	Maria de Fátima Salum Moreira	Revista Eletrônica de Educação	Universidade Estadual Paulista	Artigos
2017	Crianças pobres como grupo <i>Outsider</i> e a participação da escola	Cyntia Greive Veiga	Revista Educação e Realidade	Universidade Federal de Minas Gerais	Artigos
2019	O mais educação na América Latina: legados a infâncias e juventudes pobres	Levindo Diniz Carvalho, Bárbara Ramalho e Kildo Adevaír dos Santos	Revista Educação e Realidade	Universidade Federal de Minas Gerais	Artigos
2019	Construções discursivas acerca da criança pobre na imprensa uberabense nas primeiras décadas do século XX	Marilsa Aparecida Alberto Assis Souza	Revista de Educação Pública	Universidade Federal de Uberlândia	Artigos

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da *Base de dados dos estudos da infância no campo das pesquisas educacionais entre 2000 e 2022* (Soares, 2023)

Para facilitar a busca dos textos, se assim o leitor desajar, inserimos *hiperlinks* nos títulos dos artigos (Quadro 01) que abrem cada um dos trabalhos de forma individual em um documento no formato *PDF*.

Categorização e análise dos trabalhos selecionados

Através de nova leitura dos títulos e resumos, dividimos os artigos em três categorias temáticas: 1ª – Programas de combate à pobreza; 2ª – Pobreza e Escola e 3ª – Recortes históricos.

Foram selecionados, 03 artigos para compor a primeira categoria de análise; 02 artigos para compor a segunda categoria e 06 artigos foram elegidos para integrar a terceira categoria. O quadro a seguir mostra os artigos divididos em suas categorias, bem como os seus objetivos e/ou questões de estudo.

Quadro 02: Relação dos artigos em periódicos selecionados para análise, classificados por categorias temáticas junto aos seus objetivos e/ou questões de estudo

Categorias Temáticas	Título do Artigo	Objetivos e/ou questões de estudo
Programas de combate a pobreza	A educação das famílias pobres como estratégia política para o atendimento das crianças de 0 a 3 anos; uma análise do programa família brasileira fortalecida	Examinar o Programa Família Brasileira Fortalecida, uma iniciativa amparada pelo Unicef e implementada pelo governo brasileiro como uma estratégia para expandir a disponibilidade de vagas para crianças de 0 a 3 anos.
Programas de combate a pobreza	A educação das crianças pequenas como estratégia para a contenção da pobreza; análise de iniciativas dos organismos internacionais em curso na América Latina	Analisar as recomendações dos Organismos Internacionais através de projetos e programas direcionados à Educação Infantil na América Latina. Os programas examinados incluem: 1- A Agenda Ibero-americana para a Infância e a Adolescência (AIIA), liderada pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI); 2- O Programa Ibero-americano de Educação (PIE), coordenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA); 3- O Projeto Regional de Educação para América Latina e Caribe (PRELAC), sob a coordenação da UNESCO.
Programas de combate a pobreza	O mais educação na América Latina; legados a infâncias e juventudes	Contextualizar a origem do Programa Mais Educação (PME) dentro do cenário político-educacional latino-americano e analisar os impactos sociais dessa prática para crianças e jovens pobres no Brasil.

	pobres	
Pobreza e Escola	Recursos e adversidades no ambiente familiar de crianças com desempenho escolar pobre	Examinar os recursos que impulsionam o desenvolvimento e as circunstâncias de vida familiar adversas de crianças encaminhadas para atendimento psicológico devido ao baixo aproveitamento escolar, em comparação com dois grupos de crianças não encaminhadas: um com desempenho escolar pobre e outro com aproveitamento escolar satisfatório.
Pobreza e Escola	Pobreza, raça e cor da pele; percepções e relações entre crianças nos espaços escolares	Examinar as percepções e comportamentos de meninos e meninas pobres e/ou negras (os) em relação ao tratamento desigual na escola, através de separações, xingamentos, chacotas e apelidos depreciativos.
Recortes históricos	Escolarizar para moralizar; discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850)	Examinar as narrativas presentes na primeira metade do século XIX sobre a infância no ambiente educacional de Minas Gerais, destacando a particularidade dos discursos sobre a infância pobre e sua capacidade de educação, inseridas em um projeto de escolarização voltado para os extratos sociais considerados menos privilegiados.
Recortes históricos	A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras	Contribuir para a recuperação da existência da criança pobre na história brasileira. Essa criança que foi exposta à crueldade e à violência das relações sociais devido ao avanço do capitalismo. Isso se refere às várias gerações de crianças cuja cidadania foi negada pela violação de seus direitos fundamentais.
Recortes históricos	Pobreza, trabalho e educação na infância do Brasil	Elabora a resenha do livro "História da educação e da assistência à infância no Brasil" (Faria Filho; Araújo, 2011). Este livro compila oito textos de pesquisadores de diversos estados do Brasil que, por meio de abordagens variadas sobre a infância no país, tematizam uma infância pobre que, excluída do ambiente escolar, era rotulada como perigosa, abandonada, criminosa, analfabeta ou em situação de risco.
Recortes históricos	"Tudo presta a quem tudo precisa"; os discursos sobre a escolarização da infância pobre, presentes na Revista do Ensino, de Minas Gerais (1925-1930)	Examinar os discursos predominantes relacionados à educação da infância pobre, divulgados pela Revista do Ensino, de Minas Gerais, durante o período de 1925 a 1930.
Recortes históricos	Crianças pobres como grupo <i>Outsider</i> e a participação da escola	Discutir a construção sócio-histórica das crianças pobres como um grupo <i>outsider</i> e o papel da Escola nesse processo, utilizando o conceito de "estabelecidos- <i>outsiders</i> ", um paradigma empírico desenvolvido por Norbert Elias para analisar as relações de poder. Além disso, evidenciar o envolvimento da escola pública na produção da infância pobre como um grupo social inferior, com ênfase na província/estado de Minas Gerais durante o século XIX e início do século XX.
Recortes históricos	Construções discursivas acerca da	O objetivo deste artigo é identificar as representações discursivas sobre essas crianças na imprensa jornalística local durante a primeira metade do século XX. Este trabalho

criança pobre na imprensa uberabense nas primeiras décadas do século XX	é derivado de uma tese de doutorado cujo objetivo foi investigar as práticas de assistência destinadas às crianças carentes no município de Uberaba (MG) de 1920 a 1964.
---	--

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos textos analisados.

Dentre os 11 artigos selecionados observou-se uma predominância nos estudos históricos, concentrando-se no século XIX e primeira metade do século XX, o que nos instigou a pesquisar o perfil de formação acadêmica dos autores, através das informações contidas em seus currículos disponíveis na Plataforma *Lattes*. A grande maioria possui graduação em Pedagogia (07), seguido da graduação em Psicologia (06). Os demais graduaram-se em História (02), Filosofia (01) e Teologia (01). Já no quesito pós-graduação, a maioria cursou mestrado e doutorado em Educação, mas também estão presentes o campo da História, Sociologia e Saúde Mental. Esse resultado nos surpreendeu porque, a princípio, a nossa hipótese era que a maioria dos pesquisadores fossem dos campos da história e sociologia. Necessário registrar que não encontramos os currículos na Plataforma Lattes de dois dos autores os quais, por esse motivo, não foram aqui quantificados.

Importante ressaltar que o foco das pesquisas se concentram na região Sudeste com sete (07), especificamente Minas Gerais e São Paulo, duas (02) pesquisas trataram do território nacional, uma (01) pesquisa tratou da América Latina e outra única (01) pesquisa, só tratou de parte do Nordeste brasileiro, por que o *Programa Família Brasileira Fortalecida* foi implementado no ano de 2005, em versão piloto, nos estados do Piauí, Paraíba e Ceará. Mesmo assim, essa pesquisa trata da análise e crítica aos programas que vêm sendo implantados por organismos internacionais na América Latina e Caribe, com foco no *Programa Família Brasileira Fortalecida*, não dando ênfase aos estados citados. Historicamente, sabemos das condições sociais e educacionais vivenciadas no norte e nordeste brasileiros e mesmo assim as pesquisas analisadas não tratam dessas regiões. Esperamos em trabalhos próximos, seguindo com essa pesquisa, ao analisarmos as teses, dissertações e trabalhos da ANPEd, que este panorama seja mais positivo.

A etapa final da nossa análise, consistiu em uma nova leitura dos artigos buscando sintetizar as suas principais contribuições e/ou conclusões, o que nos possibilitou uma visão amplificada da produção, observou-se ideias convergentes

dos autores, mesmo com as pesquisas sendo realizadas em períodos históricos e espaços geográficos (de um país continental) distintos. O quadro a seguir nos apresenta o panorama dos resultados obtidos:

Quadro 03: Relação dos artigos em periódicos selecionados para análise, classificados por categorias temáticas apresentando as suas principais contribuições e/ou conclusões.

Categorias Temáticas	Título do Artigo	Principais Contribuições das Pesquisas e/ou Conclusões
Programas de combate a pobreza	A educação das famílias pobres como estratégia política para o atendimento das crianças de 0 a 3 anos; uma análise do programa família brasileira fortalecida	Exibe avanços importantes na construção de políticas públicas para a educação infantil, no entanto, defende que a implementação de programas pontuais e compensatórios acabam pulverizando os recursos que deveriam ser usados em políticas articuladas e enraizadas na diversidade cultural brasileira. Esses programas acabam por fazer uma “administração da pobreza” e reforçam ideias já combatidas no campo da educação, tais como: a ideia da moralização e disciplinarização das classes pobres. Além de reforçar a subordinação de gênero, visto que são as mulheres o foco principal da intervenção. Trazendo veladamente a diminuição do estado através de políticas neoliberais, esses programas visam restringir a participação do Estado como responsável em garantir a Educação como direito, compartilhando esse dever com outras instituições, inclusive a familiar. Ano de 2005
Programas de combate a pobreza	A educação das crianças pequenas como estratégia para a contenção da pobreza; análise de iniciativas dos organismos internacionais em curso na América Latina	Defende que atualmente a luta pelos direitos das crianças, buscando reconhecê-las como sujeitos de direito foi incorporada pelos organismos internacionais sob a lógica não mais dos valores culturais, mas, sim dos valores econômicos. Os programas implementados visam a produtividade econômica, ignorando que a pobreza é um problema estrutural reforçado pela sociedade capitalista. A educação infantil deixa de ser tratada como direito de todas as crianças e passa a ser configurada como estratégia de combate à pobreza, um serviço a ser “gentilmente” ofertado às famílias pobres, reforçando antigas relações de clientelismo, fazendo com que os beneficiados aceitem os “favores” e se esqueçam dos seus “direitos”. Passa a ser discutida como medida compensatória através de programas focais e não mais como consistentes políticas públicas de educação infantil. A educação, mais uma vez, é oferecida não em nome do direito da criança e da família e da cidadania, mas, em nome da situação de vulnerabilidade, de pobreza, de carência. Essas ações, apesar de minimizar o sofrimento e a carência material de muitas famílias, acabam prestando um desserviço à educação das crianças como direito garantido constitucionalmente, na medida que mascaram o não cumprimento da Constituição pelos governos. Necessário se faz que a educação seja retomada pelo Estado como direito universal e inalienável e não como programas seletivos.
Programas de combate a	O mais educação na América Latina;	Apresenta o Programa Mais Educação (PME) como política focalizada e participante do conjunto de ideias neoliberais que visam a diminuição do Estado na América Latina. Por

pobreza	legados infâncias juventudes pobres	a e	outro lado, defende a sua característica intersetorial, que amplia a implantação dos direitos educacionais das infâncias e juventudes. Além de destacar o seu amplo alcance em território nacional. Afirmam que em 2013 o Programa estava presente em 80% dos municípios brasileiros e em 2015 contemplou 49 mil escolas públicas de ensino fundamental. Já em 2016, pós o Golpe, o Ministério da Educação instalou o Programa Novo Mais Educação (PNME) focado nos ensinos de Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, preocupados com as métricas internacionais, trazendo um falso desenvolvimento. Conclui-se que são necessárias a implementação de políticas nacionais que verdadeiramente garantam os direitos à educação e não apenas programas focais e paliativos, que são sempre descontinuados.
Pobreza e Escola	Recursos e adversidades no ambiente familiar de crianças com desempenho escolar pobre	e	A pesquisa revelou que a escolaridade dos pais é um fator determinante no rendimento escolar das crianças, especialmente quando se trata das mães (mais uma vez, destacando a questão de gênero). As mães com níveis mais elevados de instrução tendem a se envolver mais na rotina escolar de seus filhos, o que resulta em um melhor desempenho acadêmico para eles. Crianças com baixo desempenho geralmente têm menos acesso a recursos como livros, revistas, jornais, brinquedos e atividades de lazer, além de receberem menos apoio e envolvimento dos pais na vida escolar, falta de supervisão nas tarefas e uma desvalorização do papel da escola. Já o grupo com desempenho escolar satisfatório geralmente desfruta de um ambiente familiar que oferece recursos que fortalecem o aprendizado, como experiências educativas informais, apoio emocional, materiais didáticos e oportunidades de lazer.
Pobreza e Escola	Pobreza, raça e cor da pele; percepções e relações entre crianças nos espaços escolares		A análise revelou que: "as crianças, independentemente de sua cor/raça: expressam o desejo de frequentar a escola para aprender, se divertir, encontrar amigos(as) e também para assegurar um futuro melhor que as prepare para o trabalho; compreendem claramente as expectativas da professora em relação a elas: "fazer tudo certinho", "copiar tudo direitinho", "comportar-se", "realizar tarefas sozinhas", "evitar brigas", entre outras; as crianças pretas, negras e pardas, provenientes de famílias pobres e com histórico de baixo rendimento escolar, enfrentam maiores níveis de discriminação na escola, inclusive por parte de seus colegas; o padrão de beleza anelado pelas crianças negras reflete o ideal de homem e mulher brancos, valorizado de maneira semelhante pelas crianças brancas; a percepção da cor/raça entre as crianças pretas e pardas é relativa e variável; independentemente da cor/raça e/ou classe social, meninos e meninas entrevistados demonstraram possuir percepções semelhantes sobre raça/cor. Observou-se que crianças negras e pobres não são consideradas e nem ouvidas no ambiente escolar e também em outros espaços. Nas entrevistas as crianças manifestaram desejo de mudança nas relações vivenciadas no ambiente escolar. Percebeu-se que o silenciamento, assim como os revides são formas de responder as ofensas, provocações e desrespeitos. Outra contribuição importante foi a observação das "brincadeiras" entre as crianças que trazem os preconceitos de vários

		marcadores sociais de formas naturalizadas, o que demonstra que desde cedo essas questões são fortalecidas em nossa sociedade. Faz-se necessário um cuidadoso e permanente trabalho com toda a comunidade escolar sobre as relações e distinções sociais que vivenciamos cotidianamente.
Recortes históricos	Escolarizar para moralizar; discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850)	Traz reflexões sobre o papel da escola na primeira metade do século XIX e mostra como alguns atributos estão presentes até os dias atuais. A escola era vista, a um só tempo, como produto e produtora da sociedade. Sendo assim é seu papel tratar do <i>saber</i> e do <i>ser</i> . Assim sendo o ensino moral, ligado a religiosidade ganha forma no ambiente escolar (no Brasil, muito ligado ao catolicismo), principalmente nas escolas que atendiam as classes populares, pois, se atendia que essas famílias precisavam ser moralizadas e não eram capazes de moralizar as suas crianças. Famílias pobres não teriam condições de oferecer uma educação intelectual e tão pouco, moral. Percebe-se que ao longo da história houve um deslocamento desses instrumentos, mas, as famílias mais desfavorecidas materialmente continuam com uma representatividade negativa na escola e na sociedade como um todo.
Recortes históricos	A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras	Trabalho publicado no ano de 2000, que infelizmente continua atual. Remete-se às várias gerações de crianças que tiveram os seus direitos negados e foram expostos a pobreza, a brutalidade e a violência de toda sorte, carentes de respeito de afeto. Em diferentes momentos históricos, as crianças foram vítimas da indiferença do Estado, e por vezes entregue ao abandono nas ruas, à pobreza, à exclusão, ao tráfico de drogas, à prostituição, ao trabalho precoce, à “mendicância profissional”, às instituições disciplinares, entre outras. As vezes se tornando “réus precoces”, “adultos precoces”, mão de obra barata. Apresenta as crianças como mudas, que só aparecem através das falas dos adultos que exercem o poder, da burocracia do Estado, das instituições que a submetem e de alguns raros educadores que se arriscam na denúncia das iniquidades. Nos tempos de políticas neoliberais e acúmulo ilimitado do capital, a pobreza e a exclusão social são também expoentes na sociedade que assiste a supressão de direitos antes conquistados. É verdade que o desenvolvimento de políticas voltadas para a infância e para a criança ganhou força com a promulgação da Constituição de 1988 e também com o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, entre outros, medidas essas que minimizou o trabalho infantil e ampliou a oferta à educação pública. No entanto, na prática, as crianças pobres ainda continuam invisibilizadas pelos Governos e as crises econômicas tem aumentado a indigência dessas crianças, que tem às suas infâncias mutiladas e suas famílias abandonadas pelo Estado, através da não consolidação da democracia e não realização da cidadania.
Recortes históricos	Pobreza, trabalho e educação na infância do Brasil	A resenha aborda a coletânea <i>História da Educação e da Assistência à Infância no Brasil</i> , destacando os discursos relacionados à infância pobre no país e suas diversas experiências educacionais, dando destaque às vozes dos grupos historicamente silenciados: crianças de famílias pobres, imigrantes, indígenas e meninas. Distribuído em oito

		capítulos, os autores exploram os modelos contemporâneos de cuidado infantil e discorrem sobre a evolução da infância brasileira ao longo do século XX, abordando questões legais, culturais, sociais, étnicas, políticas, de gênero e afetivas.
Recortes históricos	“Tudo presta a quem tudo precisa”; os discursos sobre a escolarização da infância pobre, presentes na Revista do Ensino, de Minas Gerais (1925-1930)	Traz diretrizes para a educação das crianças pobres por meio de distintos discursos e “tecnologias do poder”, publicados na <i>Revista do Ensino</i> , de Minas Gerais. As narrativas moral, médico e da Psicologia embora diferentes buscavam atender à escolarização de infância pobre ditando e intervindo em sua realidade, para que assim essas crianças atingissem o ideal de cidadão desejado pela sociedade daquele período. O discurso moral criou a concepção de uma infância desamparada, dependente da caridade da população para permanecer na escola; o discurso médico gerou a imagem da infância vulnerável, que precisava ser higienizada e reabilitada, junto com sua família, pelo ambiente escolar; por fim, o discurso psicológico concebeu a ideia da infância anormal, vista como aquela mais distante dos padrões de comportamento estabelecidos pela sociedade da época, e que deveria ser classificada, corrigida e padronizada pela escola para uma futura integração na sociedade. Tais discursos procurando homogeneizar as infâncias, acabou por silenciar às crianças que não eram escutadas e contempladas em suas reais necessidades e angústias.
Recortes históricos	Crianças pobres como grupo <i>Outsider</i> e a participação da escola	Historicamente, o texto explora a concepção da pobreza como uma desqualificação moral e a subsequente estigmatização das crianças pobres, ilustrando como a escola pública desempenhou um papel na naturalização dessa infância como um grupo inferior. Destaca que a expansão da escola pública obrigatória, foi realizada de forma inadequada e desigual, resultando em consequências profundamente negativas, agravando as desigualdades sociais. Embora a escola tenha sido apresentada como um direito das crianças, não houve mudanças significativas nas condições enfrentadas pelas crianças pobres, incluindo suas necessidades de trabalho e outros obstáculos que dificultam sua frequência escolar.
Recortes históricos	Construções discursivas acerca da criança pobre na imprensa uberabense nas primeiras décadas do século XX	Ao longo da história da humanidade, e até os dias atuais, as crianças têm sido sujeitas ao abandono e à negligência por parte dos pais, à discriminação e ao descaso por parte das autoridades governamentais e da sociedade. A infância é certamente a etapa de vida que mais exige respeito e atenção do poder público e da sociedade; e é até os dias atuais, negligenciada. Os discursos a respeito da criança pobre na imprensa da cidade de Uberaba nas primeiras décadas do século XX corroboram com os discursos utilitaristas e higienistas presentes na sociedade de então. A criação de instituições para amparo às crianças, iria retirar os pobres da rua, tornando a cidade mais agradável aos nativos e visitantes.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos textos analisados.

Observamos, nos artigos analisados, o descaso histórico com a infância e com a educação em nosso país, muitas vezes pautada através de uma visão colonizadora, eurocêntrica e ultimamente neoliberal, ainda mais quando se trata de crianças de camadas mais pobres. Podemos também afirmar, que a compreensão das múltiplas realidades das crianças brasileiras requer abordagens mais cuidadosas, peculiares e críticas, especialmente no âmbito da educação. É urgente questionar a crescente privatização estatal e a aglutinação de agentes sociais, programas e atores políticos à lógica neoliberal cada vez mais predominante em nossa sociedade.

Certificamos também que, nas últimas décadas, através da lógica neoliberal o Estado se furta do cumprimento dos direitos dos cidadãos por meio de paliativos programas focais, nacionais e internacionais que trazem ideias hegemônicas, higienistas e utilitaristas, desconsiderando as múltiplas formas de viver e existir dos seres humanos e também às desigualdades impostas por uma sociedade pautada no acúmulo do capital, onde o acesso aos bens e serviços são extremamente discrepantes para cada classe social. Através de modelos neoliberais a escola perde a sua potencialidade de transformadora da sociedade e passa a ser reprodutora, agravadora e perpetuadora das desigualdades sociais.

Considerações finais

Os artigos, mesmo que poucos, trazem importantes contribuições para o campo dos estudos da infância e para entendermos parte das relações dos processos educacionais das crianças pobres brasileiras. Como mencionado, em um universo de 4.380 pesquisas científicas que estudam infância, criança e Educação Infantil realizadas ao longo de 22 anos em todo o território nacional, apenas 28 dessas trazem em seus títulos as palavras pobre e/ou pobreza. As escassezes desses trabalhos científicos que tematizam a pobreza em um país onde mais da metade da população convive com algum nível de restrição alimentar e cerca de 33 milhões de pessoas passam por restrição alimentar grave, “fome” (REDE PENSSAN, 2022), é o que mais tem-nos preocupado e chamado à atenção enquanto pesquisadores.

Uma análise crítica do processo de educação das crianças em escolas e demais instituições educativas, mostra que, as famílias que se constituem de sujeitos da classe trabalhadora e que carecem de condições básicas para a produção e reprodução da vida, confiam, cada vez mais cedo, os seus filhos às instituições escolares para que possam, em nome da educação, serem protegidos e preparados para a vida. Sem perceberem que na prática, essas mesmas crianças podem estar sendo coagidas e adestradas para formação de mão de obra barata e precarizada. Precisamos trabalhar a interseccionalidade, a origem de classe, raça, gênero, e outros marcadores sociais, que estão presentes nas produções dos conhecimentos e nas práticas pedagógicas propostas e desenvolvidas com as crianças dentro e fora do ambiente escolar.

Hoje, o ilusionismo neoliberal ocupa uma posição de destaque, deixando fortes marcas em nossas vidas e influencia educadores infantis e demais profissionais e pesquisadores. Ao procurar trabalhar com crianças verdadeiras, do Brasil profundo, crianças de carne e osso, poderemos vivenciar práticas educacionais específicas em suas escolas e comunidades, baseadas em suas realidades concretas, só assim seremos capazes de superar e combater o neoliberalismo, o eurocentrismo, o colonialismo e os seus ilusionismos.

Os achados deste artigo ressaltam a necessidade de uma maior ênfase nas pesquisas relacionadas às crianças em situação de pobreza no Brasil, especialmente no contexto dos estudos da infância. Para alcançar esse objetivo, é fundamental uma compreensão crítica da abordagem adotada pelos pesquisadores brasileiros ao examinar a educação das crianças pobres em nossa nação. Tal compreensão pode impulsionar novas investigações e informar políticas direcionadas à redução da pobreza desde a primeira infância. Até o momento, tem sido escasso o número de estudos dedicados a esse grupo específico de crianças em nosso país, o que evidencia uma invisibilidade preocupante no cenário do século XXI.

Referências bibliográficas

ABRAMOWICZ, A. (org.). **Estudos da infância no Brasil: encontros e memórias**. São Carlos: EduFSCar, 2015.

ABRAMOWICZ, A. O direito das crianças à Educação Infantil. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 14, n. 3, p. 13–24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643858>. Acesso 20 jul. 2023.

ABRAMOWICZ, A.; TEBET, G. G. de C. Educação Infantil: um balanço a partir do campo das diferenças. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 28, p. 182–203, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8651756>. Acesso 20 jun. 2023.

BARBOSA I. G.; SOARES, M. A. Educação Infantil e pobreza infantil em tempos de pandemia no Brasil: existirá um “novo normal”? **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 35-57, jan./jan., 2021. UFSC. ISSN 1980-4512. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79044>. Acesso 21 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015.

CAMPOS, R. F.; CAMPOS, R. A educação das crianças pequenas como estratégia para o alívio da pobreza. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 241–263, 2008. DOI: 10.5216/ia.v33i2.5265. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/5265>. Acesso 20 jun. 2023.

CARVALHO, L. D.; NEVES, V. F. A. (org.). **Infâncias, crianças e educação: discussões contemporâneas**. 2. ed. - Ebook (versão digital) - Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2018. 248 p.

EYNG, A. M.; CARDOSO, J. C. Direitos da infância em contextos de necessidades humanitárias: fatores de risco e demandas educativas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.109, p. 1098-1120, out./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/2361>. Acesso 15 mai. 2023.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/1NIhRNC>. Acesso 14 mai. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Situação mundial da infância 2016**: oportunidades justas para cada criança. New York, 2016.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007. Edição especial. Disponível em: <https://bit.ly/1uXTtbl>. Acesso 14 mai. 2023.

MAINARDES, J. A metapesquisa no campo da Política Educacional: aspectos teórico-conceituais e metodológicos. In: MAINARDES, J. (org.). **Metapesquisa no campo da Política Educacional**. Curitiba: CRV, p. 19-43, 2021.

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018.

NUNES, M. F. R. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica** / Maria

Fernanda Rezende Nunes, Patrícia Corsino e Vital Didonet. – Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011. 102 p. ISBN: 978-85-7652-149-5.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. New York, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso 15 mai. 2023.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (org.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997.

REDE PENSSAN. VIGISAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. ISBN 978-65-87504-50-6

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2JuHfn2>. Acesso 14 mai. 2023.

ROSEMBERG, F. Educação Infantil, classe, raça e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, p. 58-65, 1996.

SOARES, A. S. **Base de dados dos estudos da infância no campo das pesquisas educacionais entre 2000 e 2022**. Belo Horizonte, UFMG-FAE-NEPEI, 2023 (Arquivos de pesquisa).

SOARES, A. S.; FEITAL, L.M. A igualdade racial na Educação Infantil e as ações de formação continuada das professoras na cidade de Belo Horizonte. In: CARVALHO, L. D.; NEVES, V. F. A. (org.). **Infâncias, crianças e educação: discussões contemporâneas**. 2. ed. - Ebook (versão digital) - Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2018. p. 69-85.

SOARES, A. S. Criança, infância e Educação Infantil: pressupostos das pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e64831, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.64831>. Acesso 14 mai. 2023.

SOARES, A. S.; PEREIRA, J. M. S.; SANTOS, P. C. Pesquisas sobre políticas para Educação Infantil: memória bibliográfica, base de dados e epistemologia. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 6, e2118113, p. 1-18, 2021 Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe>. Acesso 14 mai. 2023.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424